

**SISTEMA FAEP**



Mala Direta  
Postal  
9912271704-DR/PR  
**SENAR**

CORREIOS

# BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVII n° 1214 - 29/04/2013 a 05/05/2013

Tiragem desta edição 24.000 exemplares



# TEMOS GOVERNO OU NÃO?

DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO

**Agronegócio**

Bom de IBOPE

**Embrapa**

40 anos de pesquisa  
e tecnologia

**Proagro**

Basta de  
burocracia

# Aos Leitores

O deputado federal Osmar Serraglio honra o mandato que recebeu nas últimas quatro legislaturas da Câmara Federal. Profundo conhecedor do Direito, ele se notabilizou como relator da CPI dos Correios, que passou a ser mais conhecida como CPI do Mensalão por desvendar e retirar a névoa que cobria a compra de votos de parlamentares pelo Governo. O STF ainda trata das minúncias do julgamento dos 40 mensaleiros, mas Serraglio já está cuidando de outro tema com a mesma profundidade. Ele é o relator da PEC 215, proposta de Emenda à Constituição que transfere do Poder Executivo para o Congresso Nacional a demarcação de terras indígenas.

Se antes a questão indígena era vista de longe – em solo amazônico – há alguns meses passou a frequentar as vidas das populações dos municípios de Guaíra e Terra Roxa, no noroeste do Estado. A maioria importados do Paraguai, um contingente de cerca de 2 mil “índios” simplesmente invadiram propriedade que tem títulos de propriedades. Não só seus proprietários tiveram suas vidas infernalizadas, mas também a própria população urbana daqueles municípios. Agora, o problema ameaça se estender também a Ivaté, na mesma região, nas barrancas do Paranazão.

Para colocar um paradeiro nas invasões, a Câmara deve criar uma CPI para investigar a Funai, porque assinaturas para tal já foram obtidas pela Frente Parlamentar da Agricultura. Esse tema, as invasões e a PEC 215 são os tremas da longa entrevista exclusiva do também coordenador da bancada paraense na Câmara Federal nesta edição.

## Índice

Economia .....	03
Infraestrutura .....	04
Proagro .....	06
Pesquisa .....	08
Perdas .....	10
Marco .....	12
Capa .....	16
Opinião .....	22
Notas .....	24
Sanidade .....	25
Crédito/Fundepec .....	26
Eventos Sindicais .....	27
Via Rápida .....	30

**Fotos:** Arquivo FAEP, Divulgação, Milton Dória, New Holland e Julio Abreu

## Expediente

### FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |  
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | [www.sistemafaep.org.br](http://www.sistemafaep.org.br) | [faep@faep.com.br](mailto:faep@faep.com.br)

**Presidente:** Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

### SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |  
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | [www.sistemafaep.org.br](http://www.sistemafaep.org.br) | [senarpr@senarpr.org.br](mailto:senarpr@senarpr.org.br)

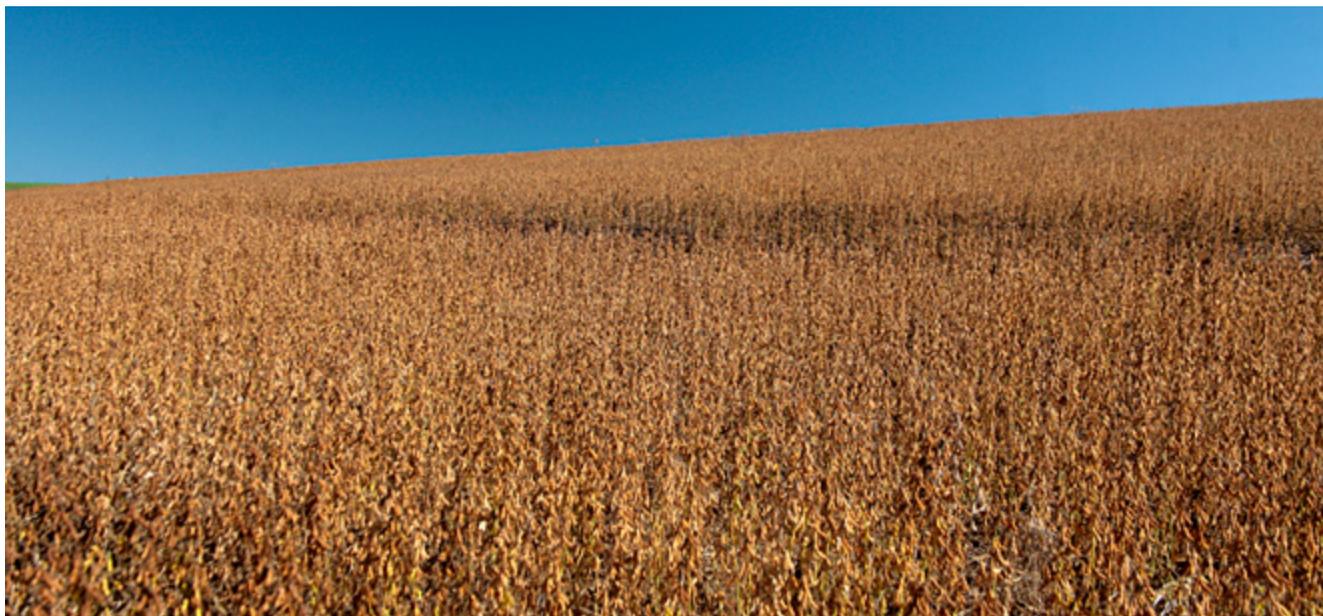
**Conselho Administrativo | Presidente:** Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

**Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social:** Cynthia Calderon  
**Editor:** Hélio Teixeira | **Redação:** Hemely Cardoso, Katia Santos e Valtemir Soares Jr. |  
**Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel

*Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.*

# Esperança do governo é a renda do campo

Além da balança comercial, garantir o consumo através do agronegócio



Boa safra de grãos deve sustentar a economia nacional

A esperança do governo é que a renda agrícola em 2013 compense no varejo. A desaceleração de outros setores (indústria e serviços) indica avanço de cerca de 10% para a renda agrícola neste ano. O patamar está acima da alta média de 4,4% esperada para a massa de rendimentos do país em igual período, mas é o pior desempenho desde 2009, segundo a consultoria MB Associados.

Assim, se a ocupação e salários terão menor poder de fogo sobre as compras, o agronegócio deve continuar a sustentar investimentos e consumo nas regiões produtoras, com destaque para as regiões Centro-Oeste e Sul em destaque. O impacto será mais visível em pelo menos dois segmentos: o mercado imobiliário e o de veículos.

Dessa forma, o agronegócio além de garantir os saldos positivos na balança comercial brasileira, graças à exportação de grãos, seria a tábua de salvação também para reforçar o consumo interno. Ponto que baseia a expectativa do governo em alcançar um PIB razoável neste ano – e não mais um pibinho visto anteriormente.

Estimativas do departamento de economia do Bradesco, com

base em dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), indicam alta de 10,4% para a renda agrícola bruta de grãos em 2013, com um total de R\$ 124,9 bilhões. Este é terceiro ano consecutivo de expansão de renda para o setor e os dados relativos à safra 2012/2013 incluem arroz, algodão, feijão, milho, trigo e soja. O Centro-Oeste ficará com 40% dessa renda agrícola (ou R\$ 52,1 bilhões), enquanto o Sul absorverá 36% do total ou R\$ 46,3 bilhões, segundo o banco.

As projeções da GO Associados também são otimistas. Com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Getulio Vargas, e que, além de grãos, incluem ainda as culturas permanentes (café, cana, fumo e laranja, entre outros), a consultoria aponta aumento de 7% para a receita agrícola bruta em 2013, para um total de R\$ 256,8 bilhões. Isso, após uma alta de 4% em 2012 e de 30% em 2011. Segundo a GO Associados, nada menos do que 33% de toda a renda agrícola produzida em 2013 virão da soja, cuja produção está concentrada em quatro Estados: Mato Grosso (29%), Paraná (19%), Rio Grande do Sul (15%) e Goiás, responsável por 11% da produção nacional. **(com Valor Econômico)**

# Rir para não chorar?

As derrapagens (e os prejuízos) com a “infraestrutura” do país



Portos brasileiros não conseguem atender a demanda de embarques de grãos

O agronegócio brasileiro é de primeiro mundo, mas a infraestrutura parou nos anos 50. Fora das porteiças os passos dados pelo governo só servem para desestimular os produtores.

Esse é o resumo da avaliação feita pelo jornal “O Globo” sobre as dificuldades dos grãos chegarem aos portos. Um cenário no qual as carrocerias de caminhões são transformadas em armazéns, as rodovias são esburacadas ou simplesmente não são asfaltadas, trem é artigo de luxo e a burocracia emperra.

O balanço desse quadro mostra que o prejuízo alcança a R\$ 6,6 bilhões por ano no país, segundo a reportagem do jornal. E as perdas vão se acumulando conforme alguns pontos são analisados:

- A infraestrutura precária, por exemplo, faz com que 15% do frete da soja sejam gastos com pneus e manutenção, muito acima da média mundial de 3%.
- Ao vender uma saca de 60 kg de soja, o produtor recebe o equivalente a apenas 35 kg. O resto do dinheiro fica no caminho, pois o Brasil optou pela pior, mais cara e poluente via de transporte para longas distâncias: as rodovias. Pelas estradas seguem 82% da safra de soja, percentual muito acima dos

EUA, onde os caminhões levam 25% da produção.

- Carentes de armazéns, os produtores brasileiros liberam a safra ao mesmo tempo, entupindo as estradas e ficando à mercê das cotações do dia. Já o milho terá prejuízo estimado em R\$ 1,4 bilhão com o caos logístico este ano, totalizando R\$ 8 bilhões em perdas para o país quando somado à soja.

Rivais na produção de grãos, Brasil e Estados Unidos protagonizam disputa desigual pela liderança do agronegócio. E a logística — da disponibilidade de silos à escolha dos modais para escoar a safra — é o principal fator contra os brasileiros. O resultado é que, apesar de produzir com eficiência, o país não é estratégico na formação dos preços globais. Situação agravada com a falta de política agrícola que influencie os rumos do mercado de commodities, dizem os analistas.

A logística para escoar a soja é exemplo da desigualdade. No Brasil, 82% da soja são transportados por rodovias, 16% por ferrovias e 2% por hidrovias; nos EUA, 15% são escoados por rodovias, 35% por ferrovias e 40% por hidrovias. Com economia de escala menor e más condições das estradas, o peso do frete no valor da tonelada de soja é bem maior aqui:

44%, contra 26% nos EUA.

A competitividade da produção norte-americana é facilmente compreensível quando certos aspectos são observados:

- As rodovias são competitivas para distâncias de até 500 quilômetros, mas nossas carretas percorrem mais de dois mil quilômetros para levar a soja até o porto.
- A capacidade de armazenagem corresponde a 80% da safra. Nos EUA, é de 120%. Isso cria uma situação perversa, sobretudo no caso da soja. Como os EUA estocam o grão, conseguem controlar sua oferta no mercado e, assim, ser um país estratégico na formação de preços.
- No Brasil, os produtores precisam escoar a produção rapidamente para que não apodreça, o que os leva a se submeterem a pressões da China, principal comprador da nossa soja.
- Os EUA têm política agrícola. Usam estoques para influenciar a oferta dos grãos e, assim, o preço. “O Brasil simplesmente atende a demanda, não somos estratégicos na formação de preços e não temos política para isso”, diz o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil, José Augusto de Castro.

Sem apitar na composição das cotações e com o caos logístico, os produtores de soja devem perder a oportunidade de ver a matéria-prima e os derivados galgarem um degrau na lista dos itens exportados. E ainda assim o segmento continua a contribuir com a balança comercial.

- O complexo da soja — grão, farelo e óleo — ocupa o segundo lugar da pauta, com US\$ 25,8 bilhões exportados em 2012. Só atrás do minério de ferro (US\$ 31 bilhões). A previsão era que o complexo atingisse US\$ 32,5 bilhões este ano, mas está revendo a projeção. O agronegócio, apesar de fundamental para o saldo comercial brasileiro, não é prioridade para o governo.
- O governo federal determinou que os portos de Santos, Rio, Vitória, Suape, Paranaguá, Rio Grande, Itajaí e Fortaleza comecem a funcionar ininterruptamente. Mas outros problemas persistem. Não é incomum navios ficarem dias a fio esperando um local para atracar nos terminais brasileiros:
- “O déficit de investimento é de R\$ 400 bilhões. Mesmo que todo o pacote do governo (concessões de rodovias, ferrovias e aeroportos) saia do papel, as melhorias só serão sentidas em três ou quatro anos”, disse ao jornal carioca o senador Clésio Andrade (PMDB-MG), presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT).

## BRASIL



## ESTADOS UNIDOS



# CMN analisará propostas para o Proagro

Técnicos elaboraram medidas para facilitar o pagamento da cobertura



Fórum de Análise e Sugestões sobre Proagro realizado em Curitiba

O Conselho Monetário Nacional (CMN) deve apreciar agora em maio as propostas de mudança ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), a fim de facilitar o cumprimento das normas do Manual de Crédito Rural (MCR) e reduzir a burocracia para o produtor receber o dinheiro da cobertura. Atualmente, cerca de 45% dos processos de pagamento do Proagro recebem negativa e chegam à Comissão Especial de Recursos (CER) devido as regras descabidas do manual.

A decisão do CMN foi motivada pelo Fórum de Análise e Sugestões sobre o Proagro, realizado no mês de março, em Curitiba, numa promoção conjunta da FAEP, Banco Central, Cresol, Sicredi, Banco do Brasil, Embrapa, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná (Fetaep) e Ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Fazenda. Segundo Nilson Hanke Camargo, engenheiro-agrônomo da FAEP e representante da entidade na CER, os participantes do evento relacionaram medidas que eliminem pontos polêmicos do manual, já que o documento é amplo, denso e, muitas vezes, confuso.

O Proagro, que é administrado pelo Banco Central e busca atender os produtores tradicionais, garante a exoneração de obrigações financeiras relativas à operação de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam rebanhos e plantações. Já para atender os pequenos produtores vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 2004, foi criado o “Proagro Mais” nas operações de custeio agrícola, que passou a cobrir também as parcelas de custeio rural e investimento, financiadas ou de recursos próprio.

Um exemplo concreto das dificuldades relativas ao manual do Proagro, de acordo com Camargo, são as regras a respeito da emissão de notas fiscais em nome de um dos cônjuges. “Hoje, diversos os processos caem na CER porque o documento de compra de insumos foi emitido em nome ou do marido ou da esposa, mas um deles não está inscrito na Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), impedindo o recebimento da cobertura”, diz ele. Para essa situação, os técnicos do fórum

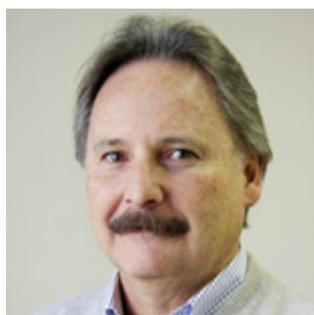
propõem a possibilidade do casal se inscrever na DAP e ficar apto ao recebimento do benefício desde que não possua operação crédito rural em nenhum outro agente financeiro.

## Normas claras

O fórum abordou os casos que mais geram negativas de pagamento direto e que, por isso, levam os produtores a entrar com recurso junto à CER. “São situações que poderiam ser resolvidas agilmente com normas mais claras e adequadas à realidade dos produtores”, diz Camargo, lembrando que, se adotadas pelo CMN, as propostas beneficiarão os produtores em todo o país (veja quadro). Só para se ter uma ideia da importância disso, no ano fiscal de 2012 em todo o Brasil, foram feitos 1,79 milhões contratos de crédito pelo Pronaf com adesão ao Proagro, totalizando R\$ 15,9 milhões financiados. No Paraná, essa categoria de crédito somou 149.469 contratos com um valor financiado de R\$ 2,3 milhões.

Além de debater melhorias no manual, o fórum também abordou as regras que praticamente inviabilizam a cobertura dos olericultores. Neste caso, na mesma propriedade, os cultivos são distintos e de ciclos vegetativo variados, enquanto os contratos de Proagro são longos e específicos por lavoura. Assim, se o produtor contrata a cobertura para alface, mas enfrenta algum problema com a cenoura, ele não terá direito a receber o dinheiro para minimizar os prejuízos. Atualmente, para contornar essa restrição, o produtor teria que fazer um projeto para cada lavoura, tornando a operação onerosa. “Ou seja, as condições de crédito, voltadas às grandes lavouras, não atendem as particularidades desse segmento”, explica Camargo.

Para contornar essa situação específica, os técnicos que participaram do fórum sugerem que o produtor possa fazer um único financiamento para plantar diferentes cultivos, levando em conta o custo médio por hectare de um conjunto de olerícolas, e que seja permitida a liberação de crédito de custeio em uma única parcela para a área total a ser plantada na safra, escalonando as amortizações para o final de cada ciclo produtivo. Essas mudanças seriam formalizadas com a criação de um código especial junto ao Banco Central para olerícolas diversas de ciclo até 120 dias de produção durante o ano.



Nilson Camargo representante da FAEP na Comissão Especial de Recursos do Proagro.

## Propostas enviadas ao CMN

Casais produtores que tenham DAP e um dos cônjuges não possua operações de crédito rural terão os comprovantes fiscais válidos independentemente do nome constante do documento.

Prorrogar a cobrança dos juros do financiamento até que a CER ou o banco julgue o processo, pois atualmente o produtor já arca com esse valor após 120 dias e, em muitos casos, seu recurso não foi apreciado pela comissão.

Redução do valor adicional do Proagro dos atuais 3% para 2% como o incentivo à adoção do sistema de plantio direto, a fim de incentivar práticas conservacionistas e produtivas.

Aumentar prazos para realização da perícia, pois os períodos são curtos e não há peritos em número suficiente para a vistoria das áreas afetadas.

Alterar a redação do MCR a fim de considerar o preço de comercialização da safra presente na nota fiscal e com data anterior à decisão em primeira instância, já que o preço tomado, hoje, pelo agente financeiro leva em conta o valor do dia. Isso provoca divergência do preço efetivamente obtido com a venda da produção com prejuízos ao produtor.

Retirar do MRC a determinação para que o perito cobre à parte a medição da lavoura – uma situação que já não ocorre mais na prática.

Considerar cobertura mínima de 80% para aumentar a proteção das áreas plantadas.

Melhorar a estrutura da CER, principalmente no que diz respeito ao número de profissionais para análise dos processos. A morosidade dos trabalhos da comissão prejudica os produtores, pois o julgamento dos processos ultrapassa os 120 dias, durante os quais a operação fica prorrogada.

Adequações das regras do Proagro para os produtores de olerícolas.

# A boa imagem do campo

Brasil urbano reconhece a importância do Brasil rural



Avanços do agronegócio chamam atenção de quem vive na cidade

Mal o dia começa e, mesmo despercebido, o meio rural se faz presente no cotidiano de qualquer pessoa da cidade: a manta que afastou o frio da noite leva algodão; na higiene matinal o sabonete só limpa o rosto graças a óleos naturais. No café da manhã, então, o campo literalmente salta aos olhos: pão, café, leite, margarina, frutas, presunto... E mesmo que muita gente ainda pense o campo como um mundo à parte, a importância do “Brasil rural” para economia nacional é reconhecida por 81,3% da população das grandes capitais brasileiras.

Essa percepção positiva do “Brasil urbano” em relação ao agronegócio foi detectada na recém-lançada pesquisa da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag). O trabalho, que teve o apoio do Núcleo de Estudos do Agronegócio da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), foi feito pelo Instituto Ipsos. Foram entrevistadas 600 pessoas de todas as

classes sociais e níveis de escolaridade. O levantamento foi feito no início do ano nas 12 maiores capitais do país - São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Brasília, Manaus, Belém, Goiânia, Curitiba e Porto Alegre.

A boa imagem do agronegócio ficou evidenciada quando o setor é comparado com outros segmentos relevantes para economia brasileira. A área de mineração e petróleo desponta como a mais avançada, sendo mencionada por 72,2% dos entrevistados. Na sequência aparecem os setores automotivo (51,6%), construção civil (49,4%) e eletrônicos (46,8%). Apesar de aparecer em quinto lugar, a cadeia de negócios rurais não fica atrás na avaliação e é citada por 25,3% da população. Ela está à frente das atividades financeira, transporte, educação e saúde. “O resultado é o reconhecimento que o agronegócio gera empregos e contribui com o desenvolvimento do país”, avalia Luiz Carlos Corrêa de Carvalho, presidente da Abag.

## Outra imagem

Um dos pontos levantados pela pesquisa leva à conclusão que a imagem preconceituosa do Jeca Tatu, caboclo maltrapilho criado por Monteiro Lobato, já não povoa mais o imaginário de quem vive no meio urbano. Segundo José Luiz Tejon, professor da ESPM e coordenador da pesquisa. Hoje, pelo contrário, ocorre uma valorização do homem do campo, que é considerado um dos cinco profissionais mais importantes para quem vive na cidade. “O cidadão urbano quando olha e pensa no produtor rural, ele vê alguém que trabalha, que sabe fazer e que merece ser valorizado”, analisa. Por ordem de importância, aparecem no estudo médico (97,1%), professor (95,8%), bombeiro (94,2%), policial (83,9%) e agricultor (83,8%).

Outro aspecto relevante do estudo foi a correlação encontrada entre os entrevistados e sua proximidade geográfica com meio rural ou a relevância do setor para a economia regional de onde vivem. Assim, a percepção de que a atividade rural é muito importante é maior no Centro-Oeste (quase 100% dos entrevista-

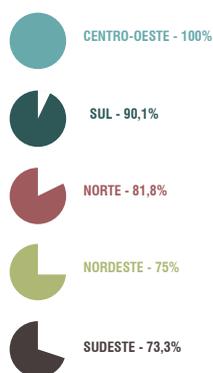
dos) e no Sul (90,1%), enquanto o índice cai no Norte (81,8%), Nordeste (75%) e Sudeste (73,3%). Um exemplo da identificação plena com as atividades rurais foi a região de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, onde a imagem do agronegócio é associada também ao conceito de orgulho nacional, e 93,6% dos entrevistados consideraram o setor “muito importante” para a economia nacional.

## Origem do leite

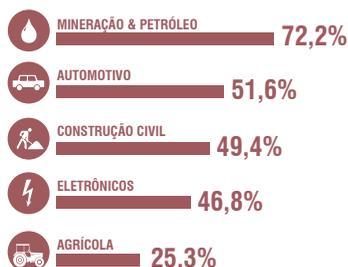
Contudo, segundo a pesquisa, a nova geração urbana não tem interesse e demonstra total desinformação sobre o setor rural. Entre os jovens, com 16 a 24 anos, 25% dos entrevistados consideraram a profissão pouco ou nada importante e 48,7% disseram nem sequer conhecer a atividade, enquanto outros 27,9% relacionaram o agronegócio apenas à agricultura. Assim, não é de se espantar que cada vez mais se repita a história verídica ocorrida numa escola de São Paulo, onde uma professora teve que responder um aluno de forma incrédula: “Não, querido, o leite não vem da caixinha. Vem da vaca!”.

# BRASIL RURAL RECONHECIDO

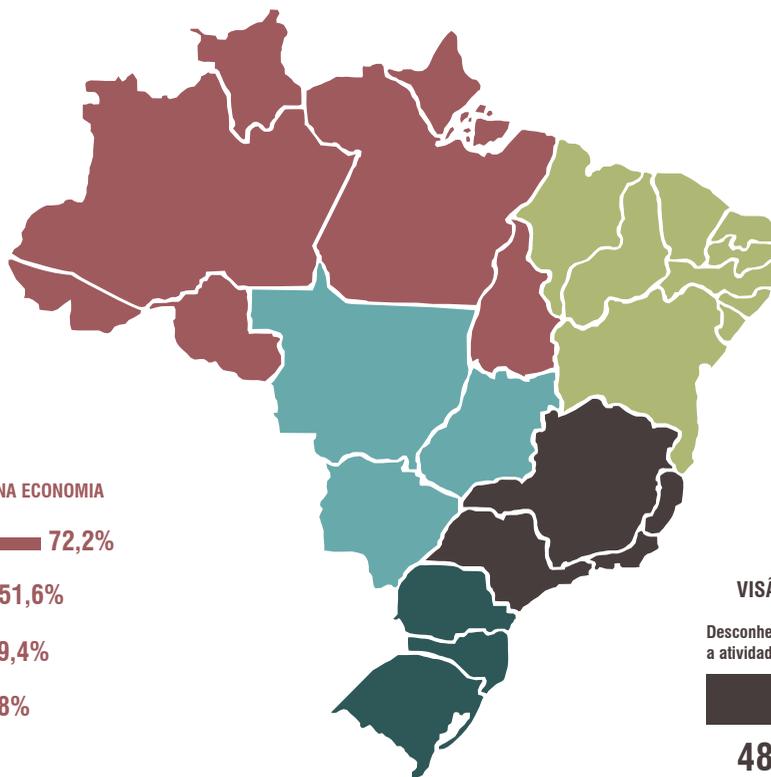
### IMPORTÂNCIA DO SETOR POR REGIÃO



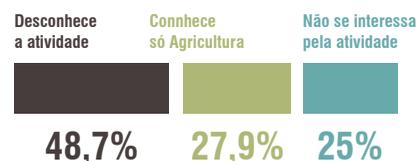
### SETORES MAIS AVANÇADOS NA ECONOMIA



### PROFISSÕES IMPORTANTES



### VISÃO DOS JOVENS SOBRE O CAMPO



# Em busca da referência regional

O programa de redução das perdas na colheita da soja



Operadores são incentivados a diminuir perdas na colheita

Um grupo de 10 entidades (veja quadro) se aliou a produtores rurais e operadores de colheitadeiras há três anos, no Sudoeste do Paraná, para promover a redução ao máximo as perdas na colheita de soja. Só no primeiro ano a economia foi de R\$ 30 milhões em valores atuais do grão. Este ano o Programa de Redução de Perdas na Colheita da Soja tem a participação de 27 municípios e a mobilização de dezenas de empresas envolvidas com a agricultura naquela região.

A atual edição do programa traz como novidade o Prêmio Propriedade Referência Regional. Em cada um dos 27 municípios será escolhida uma propriedade que atende a critérios de sustentabilidade. Na avaliação serão observados indicativos econômicos, sociais e ambientais. “O objetivo é envolver, mobilizar e contribuir com o produtor rural para que ele aprimore sua propriedade em todos os aspectos e não apenas no quesito

produtividade. Com a nova categoria, a ideia é valorizar o produtor que investe na gestão da propriedade com uma visão global”, diz Neri Muraro, chefe do Núcleo Regional da Seab, em Francisco Beltrão.

Na atual safra 294 operadores de colheitadeiras se inscreveram para concorrer ao prêmio principal: uma motocicleta. “Mas, devido ao clima, alguns tiveram que desistir e devemos fechar o número de amostras avaliadas em 200”, explica Muraro. Já os finalistas das propriedades referência vão receber uma viagem técnica de dois dias, oferecida pelo Sistema FAEP. O roteiro inclui uma visita ao Porto de Paranaguá; à sede da Seab e a participação na reunião da Comissão de Grãos da FAEP.

Neri informa também que a ideia é reunir os finalistas da propriedade referência em turmas do Programa Empreende-

dor Rural. “Nós imaginamos reuni-los em grupos de três a quatro municípios e inseri-los em turmas do PER. O aprimoramento técnico deles através dos cursos do SENAR-PR é o maior prêmio, pois os resultados serão contínuos na propriedade”, completa.

## Como Funciona

Para participar do Programa de Redução de Perdas na Colheita da Soja, o interessado faz a sua inscrição junto à coordenação local. A partir da inscrição, ele pode participar de um curso do SENAR-PR de Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizes - regulagem de colhedoras automotrizes - básico ou intermediário (veja histórico abaixo). Os organizadores ressaltam que não é obrigatória a participação no curso.

Após a inscrição é agendada, de acordo com o período de colheita da soja, a coleta da amostra, que é feita com a presença de três integrantes da comissão organizadora local. Todas as amostras são lacradas e enviadas ao Núcleo Regional da Seab de Francisco Beltrão.

## Histórico

Ano	Nº de cursos	Participantes	Municípios
2011	12	150	15
2012	22	280	26
2013	15	265	27

## Entidades que participam do programa



Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab)

Emater – Paraná  
Francisco Beltrão

Sistema FAEP/SENAR-PR

Colégio Agrícola de Francisco Beltrão

Associação dos Secretários Municipais de Agricultura – Assema

Prefeitura de Francisco Beltrão

Itaipu Binacional

Embrapa

Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná-Codapar

Associação Regional das Casas Familiares do Sul do Brasil - Arcafar/Sul



Controle de perdas é essencial para evitar prejuízos

## Medição e valores

A tecnologia utilizada para medição e coleta das amostras foi desenvolvida pela Embrapa. O processo de coleta acontece com a delimitação de quatro áreas diferentes dentro da propriedade de 2 m<sup>2</sup> cada. Após a colheita a amostra é lacrada e enviada para uma câmara especial da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar), onde são garantidas as condições de umidade dos grãos. Ao final do concurso todas as amostras serão avaliadas pela comissão regional da Seab. O vencedor será aquele operador que conseguir o maior rendimento por hectare.

No primeiro ano do programa, a média de perda por hectare na região Sudoeste era de 2,4 sacas. Numa simulação em uma propriedade fictícia de 100 hectares, as perdas seriam de 240 sacas. Calculando o valor da saca em cotação atual da região R\$ 55,00/saca, o valor perdido nessa propriedade seria de R\$13.200,00. A Embrapa estabelece que a perda estimada é de uma a duas sacas por hectare. Para quem está fora desses padrões, recomenda-se revisar todos os procedimentos de colheita.

# 40 anos de soluções agropecuárias

Em quatro décadas Embrapa revolucionou o agronegócio nacional



Dos laboratórios da Embrapa saem os alimentos do futuro

Norte, Sul, Leste e Oeste. Não há quadrante rural do Brasil para qual se olhe sem que a presença da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) não seja percebida. Da viabilidade da soja no cerrado ao algodão nordestino, passando pomicultura nas serras do sul, a instituição chega aos 40 anos com importantes conquistas científicas e tecnológicas para o agronegócio do Brasil. Não é à toa que é hoje reconhecida como o mais importante centro de referência em agricultura tropical do mundo.

O fato de o país deixar uma situação de insegurança alimentar para ser um dos maiores produtores de alimentos do planeta levou “o pai da revolução verde”, o cientista americano Norman Borlaug, a destacar o papel imprescindível da Embrapa nesse processo. “Ela foi protagonista de uma das maiores revo-

luções tecnológicas ocorridas no século 20”, disse ele durante visita ao país em 2004, referindo-se como a pesquisa científica viabilizou a ocupação do cerrado e promoveu um salto na produção brasileira de grãos.

Só para se ter uma ideia dos avanços, o crescimento da oferta para o mercado interno superou rapidamente a curva de crescimento da demanda, provocando uma queda de 50% no valor da cesta básica, entre 1975 e 2011. Nos grãos, por exemplo, a produção cresceu cerca de 400%, enquanto a área cultivada aumentou somente 80%. Em 1972, a safra foi de 30 milhões de toneladas numa área de 28 milhões de hectares. Hoje, a área plantada com grãos no Brasil é da ordem de 50 milhões de hectares e a produção ultrapassou 166 milhões de toneladas.

## Desafio

Um parâmetro dos sucessos obtidos pelos pesquisadores da Embrapa foi o desafio de domar as savanas do Oeste brasileiro. Antes considerado infértil, o cerrado é hoje cenário da maior fronteira agrícola do planeta. Há três décadas, a extensa faixa de 204 milhões de hectares, distribuídos por 15 estados, tinha pequenas lavouras de arroz e uma atrasada pecuária extensiva nas ralas pastagens. Hoje, abriga 40% do rebanho bovino nacional (que fornece grande parte da carne brasileira para exportação) e produz metade da safra nacional de grãos. Tem também lavouras de algodão, girassol, trigo e hortifrútiis, entre outras.

A mudança veio à base de milhares de experimentos até chegar a uma fórmula para a correção do solo, que é originalmente muito ácido e arenoso. Além disso, foram desenvolvidas novas técnicas de plantio e variedades de sementes específicas para cada tipo de microclima. Por meio de melhoramento genético, obtiveram grãos com maior teor protéico e plantas mais resistentes a pragas e doenças. Uma das conquistas mais importantes foi a tropicalização da soja, produto até então cultivado apenas em regiões de clima temperado e cuja demanda mundial cresceu em progressão geométrica nos últimos anos

O resultado desse desenvolvimento científico foi que o Brasil chegou ao posto de terceiro maior exportador mundial de produtos agropecuários. Por produto, ocupa a liderança como o maior exportador de café, açúcar, suco de laranja, etanol de cana-de açúcar, frango e soja; segundo maior exportador de carne bovina e terceiro maior exportador em algodão. Nesse contexto, a soja se tornou a princesinha do agronegócio nacional e sozinha representou 27,2% dos US\$ 95 bilhões exportados pelo setor em 2012. Enquanto isso, internamente, o grão

sustenta uma extensa cadeia de alimentação humana (óleo comestível e margarina) e animal, com a produção de rações que viabilizam a produção em larga escala de frangos e suínos.

## Pecuária

Já na pecuária a adoção de tecnologias também proporcionou a modernização do setor, justificando o aumento da produção pelo incremento da produtividade e não pela expansão da área de pastagens. Como resultado, o país ampliou em quatro vezes a produção de carne bovina e triplicou a de carne suína. Hoje, as carnes nacionais chegam a mais de 100 países, com o setor representando quase 7% das exportações brasileiras e um resultado de US\$ 14,8 bilhões em 2012.

Tecnologias para a pecuária contribuíram para o aumento da produtividade bovina de corte, para avanços nos sistemas de manejo de gado de leite e de bubalinos, bem como no desenvolvimento da criação de ovinos, caprinos suínos e aves. Pesquisas de melhoramento genético, sanidade animal, manejo, instalações, rações balanceadas e o lançamento de cultivares forrageiras, que permitem o suporte de mais animais numa mesma área e diminuem o tempo de entressafra, trouxeram resultados de impacto para a agropecuária brasileira. Como reflexo, no mercado interno, o acesso a proteína animal aumentou e o consumo anual per capita da carne bovina, por exemplo, subiu de 34,2 Kg para 38,3 kg entre 2003 e 2012.

Além de produtividade, as pesquisas da Embrapa buscam melhorar a qualidade nutricional de produtos como leite, carne e ovos. Um exemplo é o estudo que obteve leite mais rico em ácido linoléico conjugado (CLA) por meio da introdução



A ocupação da soja no cerrado foi uma conquista da Embrapa



Genética animal visa melhoria quantitativa e qualitativa

de óleo vegetal na dieta das vacas. O CLA é um componente nutracêutico presente na gordura do leite, que combate alguns tipos de câncer e tem papel na prevenção da aterosclerose e do diabetes tipo 2.



Papel transformador da Embrapa foi reconhecido pelo "pai da revolução verde"

## Perfil

Mas o início desses saltos de qualidade foi bem difícil. Como a pesquisa agropecuária no Brasil era quase inexistente na época de sua inauguração em 1973, a Embrapa enviou para o exterior, de uma só vez, mais de mil pesquisadores, encarregados de fazer uma imersão nos melhores centros de pesquisa científica do mundo. O espírito pioneiro e a valorização da investigação científica daqueles tempos foram a mola propulsora da instituição nas quatro décadas subsequentes.

A Embrapa, hoje, é constituída por 47 Unidades Descentralizadas de Pesquisa ou Serviço, além de 15 Unidades Centrais. Ela também coordena e integra o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), constituído pelas Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas), por universidades e institutos de pesquisa de âmbito federal ou estadual e organizações, públicas e privadas, vinculadas de algum modo à atividade de pesquisa agropecuária.

A empresa desenvolve pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento beneficiando os mais diversos setores do agronegócio. E as parcerias foram fundamentais nesse sentido, permitindo um intercâmbio de conhecimentos com insti-

tuições líderes em pesquisa no Brasil e no mundo. Cerca de 250 novos projetos de pesquisa são aprovados anualmente na Embrapa nos mais variados temas de interesse do agronegócio nacional. Hoje a Empresa opera uma carteira do Sistema Embrapa de Gestão (SEG) com mais de mil projetos.

Uma estratégia inovadora na empresa resultou na implantação de portfólios de pesquisa - conjuntos de projetos afins em temas de grande importância estratégica: Setor Sucoenergético; Agricultura e Mudanças Climáticas; Monitoramento do Uso e Cobertura da terra (geotecnologias); Sistemas de Produção de Base Ecológica (que inclui a agroecologia e muitos projetos de agricultura familiar); Aquicultura; Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF); Fixação Biológica de Nitrogênio; Agricultura de Precisão; Nanotecnologia; Reprodução Animal.

A força da Embrapa também está em seu quadro de pessoal, sendo destaque entre as empresas públicas pela equipe altamente qualificada. São 9.795 empregados dos quais 2427 são pesquisadores, 81% deles com doutorado. O orçamento da Empresa em 2012 foi de R\$ 2,33 bilhões.

## Presença internacional

No âmbito internacional, a Embrapa desenvolve 49 projetos de cooperação técnica com a América Latina e Caribe, contemplando 18 países, e 51 projetos de cooperação com 9 países da África. Em termos de cooperação científica, destacam-se os Laboratórios Virtuais da Embrapa no exterior (Labex), um arranjo inovador que permite o intercâmbio de conhecimento entre pesquisadores da Embrapa e cientistas de algumas das principais instituições mundiais de pesquisa. Atualmente, a Empresa conta com Labex em operação nos Estados Unidos, França, Alemanha, Reino Unido, Coreia e China. Ainda em 2013, entrará em operação um novo Labex, sediado no Japão.



# VACINE CONTRA FEBRE AFTOSA

DE 01 A 31 DE MAIO



**PARANÁ**  
LIVRE DA FEBRE AFTOSA

Todos os bovinos e bubalinos até 24 meses devem ser vacinados contra a febre aftosa

Vacinação contra brucelose em bezerras entre 3 e 8 meses de idade

Aproveite para regularizar o cadastro de animais junto à Adapar

Informações:

[adapar.pr.gov.br](http://adapar.pr.gov.br)

PARCEIROS

SISTEMA FAEP



Osmar Serraglio

# É PRECISO RESPEITO À CONSTITUIÇÃO

Por Cynthia Calderon



Osmar Serraglio

Pode-se afirmar, sem medo de errar, que a atuação do deputado Osmar Serraglio permite classificá-lo como um parlamentar com “P” maiúsculo. Sua trajetória de retidão em quatro mandatos na Câmara Federal resultou no respeito naquele ambiente heterogêneo de 513 deputados. Gaúcho de Erechim, advogado, professor e mestre em Direito do Estado (PUC-SP), notabilizou-se como relator da CPI dos Correios, embrião que levaria à descoberta do mensalão e ao julgamento de seus autores pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Com base eleitoral na região de Umuarama, Noroeste do estado, seu perfil de seriedade, porém, o leva a conquistar votos em cada eleição nos quatro cantos do Paraná. Hoje,

Serraglio coordena a bancada paranaense na Câmara Federal e é o relator da Proposta de Emenda Constitucional - PEC 215, que transfere a questão da demarcação de terras indígenas do poder Executivo para o Congresso Nacional. A instalação da Comissão que examinaria essa PEC motivou a invasão do plenário da Câmara e o cerco do Palácio do Planalto (BI 1213). Os deputados da Comissão de Agricultura, paralelamente, conseguiram as assinaturas necessárias para a criação da CPI da Funai. Sobre esses temas o deputado Osmar Serraglio concedeu entrevista exclusiva a este BI na quinta-feira (25).

**BI - A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) conseguiu**

**o apoio de 201 deputados, 30 a mais que o exigido pelo regimento da Câmara dos Deputados, para a criação da CPI da Funai. Caso isso ocorra, o que muda em relação a PEC 215?**

*Serraglio* - Não interfere. Ao contrário, fortalece. Estamos nos valendo de todos os mecanismos possíveis para que, de uma vez por todas, se entenda que a Funai não tem essa possibilidade ilimitada de ir criando dificuldades no Brasil inteiro sem que ninguém possa reagir. O prefeito de Ivaté, Sidnei Delai me relatou que na região dele estão criando uma reserva indígena de 14 mil hectares para ninguém. Não tem um índio sequer morando na reserva que se pretende criar.

Agora, temos que defender os índios? Sim, a gente tem que defender os índios. Mas a pergunta é quem defende os brancos que estão lá desde que aquilo foi fundado e têm uma história de 60, 70 anos? Receberam título da companhia colonizadora, que, por sua vez, recebeu do estado do Paraná. Nada vale?

**BI – Mas o que diz a Constituição?**

*Serraglio* - Eu não era constituinte, mas ando lendo os anais da Constituinte de 1988. Vamos imaginar que estamos em 1988 e que todos estão defendendo as minorias e tal. A Assembleia Constituinte construiu uma alternativa dando um rumo para a pacificação do país. Então, eles colocaram o artigo 231 da Constituição que diz que a demarcação de terras é a União quem faz. O que vem se discutindo é se é “União - poder Executivo” ou a “União - poder Legislativo”.

Se fosse poder Executivo estaria escrito poder Executivo. Quando leio União qualquer um entende que se está falando dos mecanismos que ela tem. A Constituição diz que cabe ao legislativo elaborar e aprovar leis relativas às populações indígenas.

**BI – O governo tem outra interpretação...**

*Serraglio* - O raciocínio do Congresso Nacional é muito claro. Vamos raciocinar e aderir ao que o governo fala: cabe à União e a União é a Funai. Se foi esse o espírito é preciso ler o artigo 67 dos atos das Disposições Constitucionais Transitórias, que

diz: “A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição”. Ou seja, se no art. 231 a gente entende que era o Poder Executivo, então eles tiveram cinco anos pra fazer. Foi o prazo que o constituinte deu. Não tem cidadão neste país com poder pra dizer que isso daqui não vale nada. Não fez porque não existem instrumentos? Não existe isso. O prazo legal é o prazo constitucional que está sendo desprezado. Houve tempo suficiente para acomodar a situação dos indígenas. As reservas estão criadas, são mais do que suficientes para que sejam alojados todos os indígenas.

Para se ter uma ideia, cada indígena no Brasil, hoje, tem 130 hectares à sua disposição, enquanto os não-indígenas

têm menos de quatro hectares. Todo mundo sabe que o problema dos indígenas não é terra. Eles precisam ser atendidos, ter condições de manter sua cultura.

**BI - O Ministro da Justiça José Eduardo Cardoso afirmou que a transferência da ratificação das terras do executivo para o legislativo é inconstitucional. Como constitucionalista, qual a sua interpretação dessa declaração?**

*Serraglio* - Eu esclareci isso como relator da PEC 215. Quem sustentou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara a constitucionalidade fui eu, e dei o meu parecer junto à PEC levando à admissibilidade. Ou seja, a CCJ da

Câmara entendeu que a PEC é, sim, constitucional. A opinião do ministro é a opinião do ministro. Não se sustenta frente ao que estudamos, avançamos e decidimos. O que nós não queremos, de novo, é judicializar. No entanto, já judicializamos tudo. Temos este artigo 67 da Constituição que deu cinco anos para a demarcação... Por que vamos ter que judicializar?

**BI - O STF está examinando a suspensão da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. Qual a relação existente entre esta decisão e a questão da demarcação de terras indígenas no país?**

*Serraglio* - É muito importante deixar claro que, no exame da Raposa Serra do Sol, o Supremo não se pronunciou sobre o artigo



“Não tem um índio sequer morando na reserva que se pretende criar”

67 da Constituição. Ele até agora não foi provocado a dizer se a Constituição vale ou não. Porque se ele disser que não vale, nós que somos da área do Direito perguntamos: se em todo o dispositivo constitucional você tem que extrair o possível de válido, não tem que ir atrás do inválido; então o que sobra de válido no artigo 67?

Eu vou admitir que tem letra não escrita na Constituição. Você pega o artigo 231 da Constituição: ‘cabe à União a demarcação de terras’. O artigo 22, inciso 14, fala que compete privativamente à União legislar sobre populações indígenas. Então, está muito claro que compete ao poder Legislativo se manifestar sobre tudo que diz respeito aos indígenas.

**BI – Como diria aquele comentarista, a regra é clara...**

*Serraglio* – Claríssima, está lá no “livrinho”. O artigo 49 da Constituição reafirma para se colocar uma Usina Hidrelétrica ou permitir a retirada de mineral numa reserva indígena (“art. 49: É da competência exclusiva do Congresso Nacional: - Inciso XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais”). É da competência exclusiva e isso significa que não passa pelo Executivo. É exclusivo de o Congresso Nacional dizer que, numa reserva indígena, se pode colocar uma usina hidrelétrica ou permitir a retirada de minerais. O raciocínio

lógico é que se até para colocar uma Usina ou retirar mineral é exclusivo do Congresso Nacional, então o Congresso não tem competência para delimitar a reserva?

O Executivo, então, que delimite a reserva e coloque nos lugares onde não tem minério ou usina, porque daí ele não vai depender da gente.

**BI – Uma comissão de parlamentares esteve recentemente na Reserva Raposa Serra do Sol. O que encontraram?**

*Serraglio* – Voltaram desolados. Tanto é que fomos à Procuradoria Geral da República e os deputados relataram o que viram. Aí o procurador disse: ‘mas isso é uma decisão judicial’. Ora, eles queriam que a Procuradoria enviasse um representante até lá. Mas, ele disse: isso aí já está decidido.

Parece que a gente não sensibiliza. Ninguém quer que mude a decisão, quero que vão ver o que fizeram para não se repetir. Não tem índio nenhum, tudo abandonado. As pessoas nas favelas, porque quando você cria uma reserva indígena a pessoa não tem direito a indenização a tudo o que tem lá. Muita gente empobrecida, sem atendimento, as promessas de relocação não aconteceram. Estão levando ao extremo. O que a gente ouve é que provavelmente se inicie uma campanha no Brasil porque o que a gente quer é respeito a Constituição. Só isso.

**BI – Mesmo sem existir uma decisão do STF, a Funai continua ampliando terras indígenas e insuflando os índios. Como o Sr. analisa esse comportamento?**

*Serraglio* – O governo não gosta de CPI, ninguém quer CPI, mas essa situação leva ao extremo. Nós não temos mais alternativas. Nós estamos na CCJ trabalhando e de repente somos invadidos e impedidos de prosseguir. No Plenário – coisa que nunca aconteceu – somos impedidos de atuar. Não é por aí. Não vivemos na selvageria. Precisamos organizar o país. Uma das coisas que vai aparecer nessa CPI da Funai é quem trouxe, quem mobiliza, quem financia esse movimento?

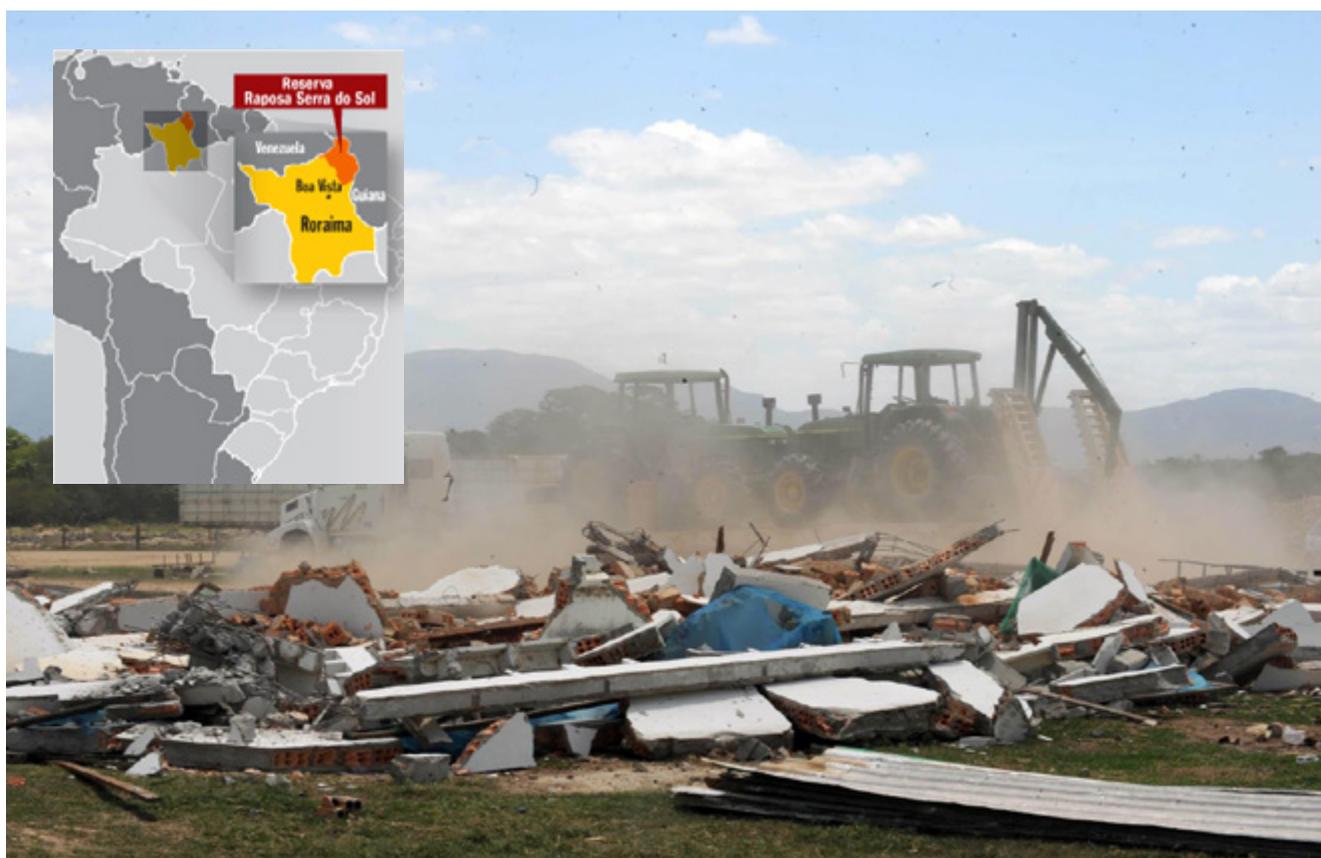
**BI – A Funai estaria agindo ao arpejo da lei, da Constituição?**

*Serraglio* – A Funai está surpreendendo todo mundo e não para. Dá a impressão que é uma epidemia que vai se alastrando e com o tempo ninguém consegue resistir. O art. 231, parágrafo 5º. da Constituição diz que, conforme o interesse público, é possível a lei complementar dizer que pode indenizar. A PEC 215 é também para tratar disso. É uma questão de justiça. Se indenizar, tudo bem. Não haverá tanta grita, embora ainda isso exista.

**BI – Não foi isso, porém, que aconteceu na Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima...**

*Serraglio* – De fato, o que não se pode é deixar milhares de famílias como aconteceu na Raposa Serra do Sol e vai acontecer em Ivaté, vai acontecer em Guaiá e em toda a região do





Produtores abandonando a Reserva Raposa Serra do Sol (2009)

Lago de Itaipu. Então, nós vamos ter que desocupar o Rio de Janeiro, porque eles começaram por lá a espantar os indígenas. E, vamos todos para o mar, se os peixes não nos espantarem de lá porque não é possível.

**BI – Pode parecer ironia, mas o quadro é assustador...**

*Serraglio* – Nós queremos um país pacífico. Agora, é fácil falar em país pacífico quando não invadem as coisas nossas. Nós que somos parlamentares e recebemos pedido de ajuda das pessoas assustadas, o que acontece? Precisamos reagir. É obrigação nossa como parlamentar criar uma alternativa, uma solução. Como alguém ligado ao Direito eu acho que tudo o que fizer daqui pra frente é benesse, porque está muito claro na Constituição que havia um prazo e não se cumpriu. O governo que coloque gente no plenário para mudar a Constituição.

**BI – Aparentemente tem gente que não está lendo direito a Constituição...**

*Serraglio* - A Constituição não dá com uma mão para tirar com a outra. São muitos os dispositivos que reiteradamente demonstram que o Congresso Nacional teria que se manifestar sobre isso. É isso que a PEC 215 prega: que o Congresso Nacional tem que ser ouvido.

Se você ler o julgamento da reserva Raposa Serra do

Sol, o Supremo diz que evidentemente a criação da reserva indígena atinge o pacto federativo. Portanto, os estados também precisam ser ouvidos. A maneira de se ouvir minimamente é ouvindo o Senado que fala pelos estados.

Está muito claro que reserva indígena tem que passar pelo povo, que é a Câmara. E, o Senado, que é os estados.

**BI – A Funai costuma basear decisões de demarcação em relatórios de antropólogos por ela contratados. Obviamente isso privilegia invasores em detrimento de proprietários. Para o senhor, juridicamente, como se questiona esse quadro?**

*Serraglio* – Já melhorou alguma coisa porque o novo ministro da Justiça trocou o antigo presidente da Funai. Ele editou uma nova portaria que viabiliza a vida dos municípios e dos estados no processo administrativo. A insistência da Frente Parlamentar da Agricultura junto ao Ministério da Agricultura, do Meio Ambiente, da Justiça, da AGU vem evoluindo. A gente fala com mais ênfase, com algum inconformismo, mas algumas coisas têm evoluído. Só que ao mesmo tempo em que nos tratam bem, dão uma sinalização aqui ou lá dizendo que vão conter e reter, mas a gente abre o Diário Oficial e as coisas estão prosseguindo como se houvesse uma linguagem conosco e a linguagem burocrática é outra.

**BI – Porque os índios guaranis e supostos índios consideram aquelas terras de Guaira e Terra Roxa como sendo indígenas? Há fundamento nisso?**

*Serraglio* - Eu falei de Ivaté, mas vá a Guaira pra ver a situação. O prefeito de Guaira é sensível, sensato e inteligente. Ele é do PT, mas está mostrando para o governo o absurdo do que está acontecendo. Têm quase dois mil índios importados e migrados para o nosso país, para que se crie uma situação de desapropriação, ou melhor, de expropriação porque não vai ter pagamento. O presidente da Federação (Ágide Meneguette), com a preocupação que sempre teve, está mobilizando os produtores. Fez reunião em Toledo com todos da região que estão amealhados.

De uma hora pra outra, sabe Deus de onde eles virão, vão invadir e pronto. Não se tem direito a nada. Esse país não é assim. Nunca vivemos dessa forma. Nós precisamos de governo que respeite a Constituição.

É insuportável e insustentável a situação que está acontecendo. Imagine o Paraná agora sob o risco da criação de reservas indígenas sem aquilo que o Supremo declarou – o marco temporal de 5 de outubro de 1988 – para ver onde os índios estavam e o que é preciso fazer. Aí você vai a Ivaté, no Noroeste do Paraná, e vê que, em 1988, não havia índio nenhum por lá, mas estão criando reservas. Lá em Guaira, os

índios que eventualmente estivessem não tinham reserva. Mas ainda que a gente quisesse acomodar e ajeitar, eram alguns, não esses milhares que estão assustando e levando calamidade ao município.

**BI - Os líderes rurais entregaram um manifesto sobre a questão de Guaira e Terra Roxa durante o Show Rural à presidente da República. Duas semanas depois, a ministra Gleisi Hoffmann declarou à senadora Kátia Abreu e aos presidentes da Faep e Famasul que as decisões chegavam a ela como fato consumado. O que se pode esperar da situação se a chefe da Casa Civil faz essa afirmação?**

*Serraglio* - Nós precisamos saber se temos governo ou não. Precisamos que haja uma tomada de posição. Ao mesmo tempo queremos que o Congresso, como representante do povo, possa funcionar. Num estado democrático de direito jamais se aceitará que a palavra final seja da Funai. Não há órgão nenhum que tenha a palavra final. A Constituição é feita em cima de freios e contrapesos, ou seja, alguém é freio do outro. Basta ver que até um presidente da República foi cassado. Nem o presidente da República tem poder ilimitado e é assim que a Constituição é construída. Não há ninguém nesse país que não deva prestar conta do que faz. E o que faz tem que obedecer o livrinho famoso que se chama Constituição.



"A aldeia Guarani" em Guaira

# Um projeto para indenizar as áreas invadidas



Reunião com Gleisi Hoffman

o autor, “a constante expansão da demarcação das terras indígenas tem afetado a agricultura familiar, sendo o pequeno produtor o maior prejudicado pelas medidas legais decorrentes do procedimento de demarcação das terras indígenas”.

Na quinta feira (25) a ministra Gleisi Hoffmann recebeu no Palácio do Planalto o deputado Osmar Serraglio, o presidente da Câmara Federal, deputado Henrique Alves e o presidente da Frente Parlamentar da Agricultura Luis Carlos Heinze, para tratar das invasões indígenas. “Apresentamos à ministra o projeto de lei 227, do deputado Homero Pereira, que é um bom caminho. Também mostramos que pelo artigo 67 da Constituição o prazo se esgotou”, disse Serraglio.

Por sugestão do Advogado-Geral da União, Luis Inácio Adams, o deputado Homero Pereira (MS), presidente licenciado da Frente Parlamentar da Agricultura, apresentou o projeto de lei 227, a fim de permitir a indenização de terras invadidas pelos indígenas. O texto regulamenta dispositivo constitucional tratando dessa questão. Segundo



## Brasília soube antes ou temos uma nação independente na Amazônia?

Após estada em Boa Vista, o rei da Noruega, Harald V (ou Alexander Edward Christian Frederik), seguiu segunda-feira (21) com uma comitiva para a

Reserva Ianomâmi, região Novo Demini, no Amazonas. Segundo informações da Hutukara - Associação Ianomâmi, em Roraima, a visita à reserva é um convite do líder indígena Davi Kopenawa.

Conforme a Hutukara, há mais de 30 anos a Noruega apoia o povo ianomâmi e, por isso, o líder indígena Kopenawa fez o convite para o rei conhecer a região. A associação informou ao



site G1 que mais detalhes sobre a visita do rei à reserva indígena só poderão ser repassadas após o fim da missão.

Informações no site oficial da Embaixada da Noruega no Brasil relatam que, em 1983, autoridades norueguesas estabeleceram um apoio do país aos povos indígenas por meio de recursos destinados às associações indígenas e organizações não-governamentais (ONGs).

Segundo a Embaixada, a Noruega acredita que o apoio às organizações indígenas e indigenistas é fundamental para o desenvolvimento e fortalecimento desse povo e, assim, dar condições aos índios definirem o futuro desejado e o grau de integração com a sociedade não-indígena.

# Surrealismo na questão indígena

O Supremo, mediante suas condicionantes, já normatizou a questão indígena no Brasil, quando do julgamento do caso da Raposa Serra do Sol

Por Denis Lerrer Rosenfield  
(Publicado em "O Globo" e "O Estado de São Paulo" – 22.04.20'3)



Denis Lerrer Rosenfield é professor de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O Brasil está vivendo, cada vez mais, uma situação surrealista, com as palavras perdendo o seu significado e ações à revelia da lei sendo feitas como se fossem normais. A questão indígena é um exemplo flagrante dessa situação, com movimentos sociais e a própria Funai criando uma situação de insegurança jurídica, na qual coisas que faziam sentido um momento atrás cessam de fazê-lo em um momento posterior. O próprio Plenário da Câmara dos Deputados foi ocupado por indígenas, instrumentalizados por movimentos sociais.

Há poucos dias um hotel, o Fazenda da Lagoa, no Sul da Bahia, foi invadido por um grupo de indígenas que reivindicavam a propriedade da terra. Em um primeiro momento, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ala esquerdizante da Igreja Católica, seguindo as concepções da Teologia da Libertação, deu eco a tal ação. A Funai, também nesse momento, entreteve a confusão a respeito, como se fosse uma pretensão legítima.

A cena estava montada para fustigar os proprietários. Acontece, no caso, que o tiro saiu pela culatra, pois a propriedade em questão, segundo um processo de identificação e demarcação em curso, encontra-se fora dessa área. Fotos, aliás, foram estampadas em veículos de imprensa, com os invasores deitados confortavelmente em quartos do hotel vendo televisão.

O efeito foi contrário ao planejado. Em vez da legitimidade da ação, apareceu claramente a sua arbitrariedade. A Funai viu-se obrigada a dizer que a invasão não tinha razão de ser, pois a área, nem segundo os seus critérios amplamente elásticos, não era indígena. Aos proprietários ficou o incômodo da situação, o prejuízo à sua imagem e o transtorno generalizado. Uma pergunta pairava no ar. Será que vai acontecer de novo?

No dia seguinte, aconteceu. Uma casa na área foi novamente invadida. Além de uma garrafa de bebida alcoólica roubada, tudo ficou na ameaça, com os invasores se retirando posteriormente. Não há mais segurança.

Ocorre que o líder desse episódio, um "cacique", declarou depois, com a maior sem cerimônia, que a invasão foi apenas para dar "lbope". Como assim, pessoas são ameaçadas, propriedades invadidas, para produzirem resultados junto à opinião pública? E a lei? E o direito de propriedade?

As palavras estão perdendo o sentido. Quando da saída dos indígenas do hotel foi amplamente noticiado que a retirada tinha se processado de forma pacífica. O que isto significa? Oito aparelhos de televisão foram roubados, o teto da cozinha foi destruído para que os invasores tivessem acesso a mantimentos e bebidas, quartos foram invadidos e pessoas foram ameaçadas. O que há de pacífico nisso?

**Essa complacência com o crime e o ilícito produz a generalização da impunidade, propiciando, precisamente, novas invasões. A desresponsabilização dos invasores é um incentivo a que cenas desse tipo se repitam.**



Sede do STF em Brasília

## Complacência com o crime

Imaginem uma pessoa que tenha a sua casa ou apartamento invadido. Na verdade, trata-se de um roubo, com os criminosos levando televisão, bebidas, mantimentos, lençóis e ameaçando os moradores. Alguém se atreveria a dizer que o roubo foi “pacífico”? Essa complacência com o crime e o ilícito produz a generalização da impunidade, propiciando, precisamente, novas invasões. A desresponsabilização dos invasores é um incentivo a que cenas desse tipo se repitam.

Tomemos outro caso, o de uma propriedade invadida estar dentro de um processo em curso de identificação e demarcação, como ocorre frequentemente em todo o país. Enquanto a área não for homologada pela presidente da República, seguindo o devido processo legal, nenhum movimento social ou que procure passar por tal tem o direito de invadir uma área. Tal ação é frontalmente contrária à lei. E, no entanto, isso passou a ser normal, numa normalidade que contraria o estado de direito.

Na verdade, o Supremo, mediante suas condicionantes, já normatizou a questão indígena no Brasil, quando do julgamento do caso da Raposa Serra do Sol. Dentre outras normas, vedou a ampliação de terras indígenas e estabeleceu que um território para ser tido como indígena deve ter como marco temporal a presença indígena efetiva quando da promulgação da Constituição de 1988, salvo casos excepcionais de nulidade flagrante.

Ora, a maioria das terras ditas indígenas em litígio no país é está numa situação anterior a 1988, com os proprietários tendo títulos que remontam há muitas décadas atrás, com registros civis correspondentes. Se há um conflito de direitos, por exemplo, com as pretensões dos indígenas se contrapondo às dos proprietários, caberia ao Estado equacionar uma situação por ele mesmo criada. Ou seja, deveria comprar terras pelo valor de mercado, pagando o preço justo por áreas que seriam, assim, desapropriadas.

**A Funai, por sua vez, age à revelia do Supremo multiplicando as portarias de identificação e demarcação... Aliás, esse órgão de Estado é uma verdadeira anomalia republicana.**

Contudo, o que ocorre hoje é que a dita desapropriação de proprietários rurais para o estabelecimento de indígenas nessas áreas é uma verdadeira expropriação, pois apenas as benfeitorias são consideradas e não a terra nua. Desapropriação significa, na verdade, expropriação. A palavra significa o contrário do que dá a entender. E uma desapropriação justa para ambas as partes, conforme o sentido original da palavra, seria perfeitamente possível, aplicando a Lei 4.132.

A Funai, por sua vez, age à revelia do Supremo multiplicando as portarias de identificação e demarcação, como se a decisão do STF não lhe dissesse respeito. Aliás, esse órgão de Estado é uma verdadeira anomalia republicana. Ele é o Poder Executivo, editando portarias de identificação e demarcação. Ele é o Poder Legislativo, através de Instruções Normativas, que estabelecem as etapas a serem observadas. Ele é o Poder Judiciário, sendo ele mesmo instância administrativa revisora de seus próprios atos.

No meio dessa generalização da arbitrariedade, uma declaração da maior sensatez — e lucidez — veio da senadora Katia Abreu. Segundo ela, enquanto o Supremo não julgar os embargos declaratórios da Raposa Serra do Sol, a Funai deveria suspender todos os processos de identificação e demarcação em curso, seguindo o estado de direito e obedecendo às diretrizes de nossa Corte maior. Ao agir ao arrepio da lei, ela termina sendo a grande incentivadora do caos estabelecido no mundo rural, atingindo todos os seus setores.

## Appa lança Porto no Campo

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina dará início a um projeto de interiorização dos portos paranaenses. O “Porto no Campo” vai informar o setor produtivo do Estado do Paraná sobre as capacidades e projetos futuros dos Portos de Paranaguá e Antonina, além de ouvir as demandas, eventuais insatisfações e dúvidas daqueles que utilizam os portos do Paraná para escoar suas mercadorias.

O Porto no Campo percorrerá todas as regiões do Paraná. Pato Branco foi o primeiro município do roteiro (19.04) e prosseguirá na primeira quinzena de maio, em Maringá, na Expoingá. Depois disso, serão realizados encontros com agricultores de Cascavel, Campo Mourão, Londrina, Guarapuava e Ponta Grossa.

## Expoingá abre dia 09

A Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Maringá (EXPOINGÁ) será realizada de 09 a 19 de maio do ano. O Parque Francisco Feio Ribeiro se transformará em um grande palco de tecnologia, negócios, shows, entretenimento, leilões, cursos, palestras, entre outros atrativos. É o maior evento de Maringá e integra o Calendário Brasileiro de Exposições e Feiras, sendo um dos mais prestigiados e reconhecidos do país, assim como também no exterior.

## Aberta consulta sobre rotulagem

As Secretarias Estaduais da Saúde e da Agricultura abriram consulta pública, com o prazo de 60 dias, para que sejam apresentadas críticas e sugestões à proposta sobre a rotulagem de produtos hortícolas in natura a granel e embalados, além das hortícolas minimamente processadas no Paraná.

As sugestões podem ser enviadas por escrito para os seguintes endereços:

### Secretaria da Saúde do Paraná – CEVS

**Endereço:** Rua Piquiri, 170, Curitiba- Paraná, CEP: 80230-140,

**Fone:** (41) 3330-4535,

**Email:** devs.alimentos@sesa.pr.gov.br

### Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Paraná

**Endereço:** Rua dos Funcionários, 1559,

Curitiba – Paraná, CEP: 80035-050;

**Fone:** (42) 2102-2708 (a/c Engenheiro Agrônomo/ADAPAR

João Tosato); **Email:** jmtosato@gmail.com

## Conselho volta depois de 20 anos



O governador Beto Richa retomou na semana passada as reuniões do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná (CDES). No encontro, que passa a ser

trimestral, foi apresentado o balanço dos dois anos de gestão e destacado o papel do fórum para a administração estadual. A FAEP ocupa uma das 41 cadeiras do Conselho, que conta ainda com representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, federações e associações setoriais. Criado em 1983, pelo então governador José Richa, o fórum foi reativado, depois de mais de duas décadas da última reunião, buscando reforçar a interação entre o Estado e a sociedade, e auxiliar o governo na elaboração de políticas públicas.

## Começa vacinação contra aftosa



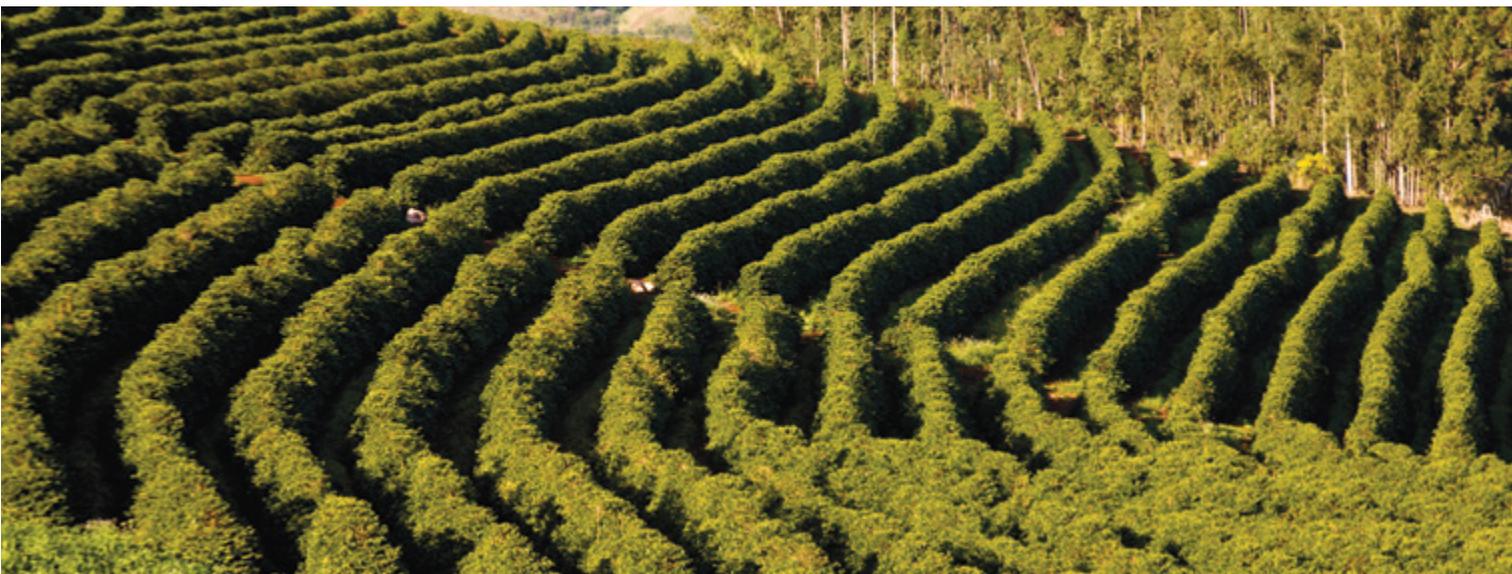
Começa em 2 de maio a vacinação contra a febre aftosa. A imunização é obrigatória e o produtor deve comprová-la até dia 31 de maio nas unidades de Defesa Sanitária Animal da Secretaria da Agricultura. A novidade é

que a comprovação poderá ser feita também pela internet, no endereço: [www.adapar.pr.gov.br](http://www.adapar.pr.gov.br)

A vacina, que só começa a ser vendida a partir do dia primeiro, deve manter o mesmo preço do ano passado, cerca de R\$1,20 por dose. Nesta fase da campanha serão vacinados apenas bovinos e bubalinos com até 24 meses - o que corresponde a 4,4 milhões de animais do estado.

# Ferrugem do café na América Central

Produtores brasileiros devem ficar mais atentos à praga



Cafezais ameaçados por praga na próxima safra

A ferrugem do café tem devastado as plantações de café de países na América Central e Latina. Estimativa da Organização Internacional do Café (OIC) aponta para uma perda de 2,5 milhões de sacas de café da safra 2012/2013 por causa ataque do fungo conhecido pelo nome de roya. No Brasil até o momento não há o registro de novos focos. O mercado ainda aguarda mais informações sobre as perdas e a possível influência nos preços do café.

O engenheiro-florestal José Hess, do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP, recomenda que o produtor brasileiro precisa ficar de olho na lavoura para evitar o aparecimento do fungo. Além de monitorar plantação, deve fazer sempre uma adubação equilibrada e plantar em linhagens resistentes.

Para a Organização Centro-americana de Exportadores de Café (Orceca), a ferrugem (roya) e outras doenças devem afetar em 20% a produção de café da América Central no novo ano safra cafeeiro de 2012/2013. “Cerca de 20% da produção centro-americana de café, que equivale a cerca de 4 milhões de quintais (sacas de 46 kg), serão afetados pela ferrugem e outras enfermidades”, disse Marcelino Samayoa, integrante da entidade.

Calcula-se que a Nicarágua, durante o atual ciclo, perderá 600 mil quintais (460 mil sacas de 60 kg); Guatemala 650 mil quintais (cerca de 500 mil sacas); Honduras 1,800 milhão de quintais (1,380 milhão de sacas); El Salvador 400 mil quintais (307 mil sacas); Costa Rica 200 mil quintais (153 mil sacas); e Panamá 60 mil quintais (46 mil sacas), conforme um documento elaborado pela Organização.

Dados da Câmara Nacional do Café do Peru mostram que a doença já atingiu 130 mil hectares do total de 415 mil hectares no país. A Associação de Exportadores de Café de Honduras estima uma perda de 1,5 milhões de sacas de café no país, um prejuízo calculado em US\$ 600 milhões.



#### Efeitos da doença

A ferrugem do café provoca a queda precoce das folhas e a consequente seca dos ramos produtivos, antes da época de florescimento do cafeeiro. Dessa forma, prejudica o desenvolvimento dos frutos. O primeiro foco da doença surgiu em 1970 no Brasil.



## BRDE libera crédito para máquinas

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) fixou em 10 de maio o prazo limite para receber solicitações de financiamento para compra de máquinas e equipamentos agrícolas. A linha de crédito tem taxa de juros fixa de 3% ao ano, com prazo de pagamento e até dez anos e dois anos de carência.

O momento é muito propício para que os empreendedores do Paraná tirem do papel seus planos de ampliar os negócios. “Ao optar pelo banco de fomento, o empresário preserva os recursos próprios para uso em seu capital de giro e desconcentra seu endividamento, reduzindo a dependência e preservando os limites de crédito nos bancos comerciais”, argumenta a assessoria do BRDE.

Para solicitar o financiamento, basta entrar no site [www.brde.com.br](http://www.brde.com.br), preencher a documentação necessária e enviar ao BRDE. Informações adicionais podem ser obtidas também pelo telefone (41) 3219 8000, na sede do banco em Curitiba.

## Informe

### FUNDEPEC-PR

### SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO 31/03/2013



#### HISTÓRICO/CONTAS

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$			DESPESAS EM R\$			SALDO R\$	
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES		FINANCEIRAS /BANCÁRIAS
	1-12	13						
Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-	-	138.681,09	**542.225,27	-	-	27.268.652,08
Setor Bovídeos	8.444.549,48	-	-	20.629.544,79	-	2.341.952,64	-	12.324.633,72
Setor Suínos	3.560.137,02	6.763.182,00	-	2.182.833,69	-	181.518,99	-	3.636.169,44
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	-	-	2.154.211,29	-	-	-	143.440,46
Setor de Equídeos	53.585,00	-	-	89.855,46	-	-	-	14.771,27
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	8.932,66	-	-	-	148.273,55
Setor Aves de Postura	35.102,41	-	-	111.171,14	-	-	-	(141.031,00)
Pgto. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(77.567,43)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	141.031,00
Rest. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	141.031,00	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>13.981.000,00</b>	<b>6.763.182,00</b>	<b>141.031,00</b>	<b>25.315.230,12</b>	<b>**542.225,27</b>	<b>2.664.502,63</b>	<b>77.567,43</b>	<b>43.458.373,09</b>
<b>SALDO LÍQUIDO TOTAL</b>								<b>43.458.373,09</b>

#### NOTAS EXPLICATIVAS

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio: 1º - 14/12/2000 >> R\$ 500.000,00 | 2º - 23/07/2001 >> R\$ 2.000.000,00 | 3º - 04/09/2001 >> R\$ 380.000,00 4º - 28/12/2001 >> R\$ 2.120.000,00 | 5º - 21/05/2002 >> R\$ 710.000,00 | 6º - 26/07/2002 >> R\$ 2.000.000,00 | 7º - 16/12/2002 >> R\$ 2.167.000,00 | 8º - 30/12/2002 >> R\$ 204.000,00 | 9º - 08/08/2003 >> R\$ 600.000,00 | 10º - 08/01/2004 >> R\$ 400.000,00 | 11º - 30/12/2004 >> R\$ 1.300.000,00 | 12º - 01/12/2005 >> R\$ 1.600.000,00 | 12º - 17/12/2012 >> R\$ 6.763.182,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (\*)

3) Setor de Bovídeos (\*\*)

a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repassa mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = R\$542.225,27

b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovídeos = R\$ 542.225,27

4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da sub-conta do Setor de Bovídeos e creditado para sub-conta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette  
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi  
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt  
Contadora | CO PR-045388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

## MARIALVA



### De Olho na Qualidade

O curso de Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris – De Olho na Qualidade 5 “S” – foi realizado pelo Sindicato Rural de Marialva. Os encontros começaram em 25 de março e seguem até 13 de maio. O curso teve a participação de 18 produtores rurais e as aulas foram ministradas pelo instrutor Fenando Pizzani.

## CAMPINA DA LAGOA



### Panificação

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa ofereceu o curso de Produção Artesanal de Alimentos – Panificação. As aulas aconteceram nos dias 18 e 19 de março na sede do sindicato rural. Participaram do curso 13 produtoras e trabalhadoras rurais. O instrutor do grupo foi Sérgio Kazuo Kawakami.

## UMUARAMA



### Administração Rural

Uma parceria entre o SENAR-PR e o Sindicato Rural de Umuarama – extensão de base de Douradina –, garantiu a realização do curso de Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris - gestão rural - básico em gestão. O curso, com duração de 40 horas, foi realizado de 5 a 21 de março no Centro do Idoso do município. O objetivo foi oferecer ao produtor ferramentas para que ele possa analisar sua propriedade rural através de diagnóstico, custos de produção, estratégias de comercialização, especificidades do setor e realizar um plano de ação.

## DOIS VIZINHOS



### Posse

No dia 26 de março, a diretoria eleita do Sindicato Rural de Dois Vizinhos assumiu o segundo mandato. Foram reeleitos: o presidente Darci Smaniotto; o vice-presidente Helio Francisco Capelesso, os secretários Everson Luiz Vitto e Marcos Irineu Sbardelotto e os tesoureiros Pedro Sbardelotto e Leandro Darci Sbardelotto.

## GUARAPUAVA



### Posse

No dia 27 de março, foi empossada a diretoria reeleita do Sindicato Rural de Guarapuava. Participaram da eleição 104 associados, que aprovaram, por unanimidade, o Demonstrativo de Contas e Resultados do Exercício de 2012 e a Proposta Orçamentária de 2013. A diretoria foi empossada pelo prefeito de Guarapuava, César Silvestri Filho, e assumiram os cargos na entidade o presidente Rodolpho Luiz Werneck Botelho; o 1º vice-presidente Josef Pfann Filho; 2º vice-presidente Anton Gora; os secretários Gibran Thives Araújo e Luiz Carlos Colferai; e os tesoureiros João Arthur Barbosa Lima e Jairo Luiz Ramos Neto.

## ARAUCÁRIA



### Posse

Em 12 de abril aconteceu a cerimônia de posse da diretoria eleita do Sindicato Rural de Araucária. O diretor secretário da FAEP, Livaldo Gemin, esteve presente à solenidade onde foram empossados: Antônio Gembaroski como presidente; Elias Luiz Gondek como vice-presidente, Engeberta Gawlak Furman como secretária e Aleixo Karachenski, como tesoureira. Essa diretoria fica no cargo até 11 de abril de 2016.

## BANDEIRANTES



### Posse

O diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscuais, esteve presente no dia 1º de abril na posse da diretoria eleita do Sindicato Rural de Bandeirantes. Foram eleitos: Renato Rosa Domingues como presidente; Guilherme Yoshinobu Akutagawa como vice-presidente, Luiz Cassio Pavan Ribeiro como secretário e Antônio Benedicto Langrafe como tesoureiro. Essa diretoria fica no cargo até 31 de março de 2016.

## SERTANEJA



### Jardineiro

O Sindicato Rural de Cornélio Procópio realizou na sua extensão de base de Sertaneja o curso de Jardineiro – implementação e manutenção. O curso com carga horária de 24 horas foi realizado em parceria com a Secretaria Municipal da Agricultura e teve Maria de Fátima Cavalheiro Marcondes como a instrutora. Participaram do curso 12 produtores e produtoras rurais.

## IBIPORÃ E ASSIS



### Imposto de renda

Dirigido aos novos funcionários dos sindicatos rurais, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) ofereceu o curso de Imposto de Renda. Foram duas turmas: a primeira teve aulas no Centro de Treinamento Agropecuário de Assis Chateaubriand, nos dias 18 e 19 de março, e a segunda no CTA de Ibiporã, nos dias 21 e 22 de março. O instrutor das duas turmas foi Wesley Borges. Participaram do treinamento 39 funcionários.

## LAPA



### Básico Milho

Desenvolver produtos a base de milho aplicando técnicas de produção e boas práticas de higiene é o foco do curso de Produção Artesanal de Alimentos – básico de milho – e foi oferecido pelo Sindicato Rural da Lapa, nos dias 25 e 26 de fevereiro, em parceria com o Colégio Agrícola da Lapa, onde as aulas foram realizadas. Participaram do curso 10 produtoras e trabalhadoras rurais e a instrutora do grupo foi Joelma Kapp.

## SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO



### Inclusão Digital

Oferecer conhecimento necessário para que o produtor rural utilize o computador, acesse a internet e busque informações para obter melhores resultados na gestão de seus negócios. Esse é o objetivo do curso Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris – Inclusão Digital (16 horas) e foi oferecido pelo Sindicato Rural de Santa Cruz de Monte Castelo em parceria com o SENAR-PR. As aulas aconteceram nos dias 5 e 6 de abril e contou com a participação de 10 alunos. O instrutor do grupo foi Clóvis Palozi.

## FLOR DA SERRA DO SUL



### JAA

No dia 3 de abril, a turma do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) do município Flor da Serra do Sul, extensão de base do Sindicato Rural de Marmeleiro, fez uma visita técnica ao viveiro de plantas ornamentais no município de Barracão. Os 18 adolescentes, que estudam no período da manhã e assistem às aulas do JAA à tarde, estão sob a coordenação da instrutora Nágila Lavorati.

# As primeiras

A primeira revista que surgiu no Brasil foi a baiana “As Variedades ou Ensaios de Literatura”, de 1812, sobre política, artes, literatura e ciências. Entre as revistas que ainda estão em circulação, a provável campeã é The Scots (“Os Escoceses”), lançada em 9 de fevereiro de 1739, em Edimburgo. No Brasil, tudo indica que a publicação mais antiga em circulação seja a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criada em 1839.



## Coisa de americano

Tem maluco para tudo. Os habitantes de Crystal City, nos Estados Unidos, ergueram uma estátua para o marinheiro Popeye, personagem criado para histórias em quadrinhos em 1929. A cidade se autoproclama “capital mundial do espinafre”. Esqueceram da companheira Olívia Palito.



## Equivalente a 48 anos de cervejas

Você pode comprar o vinho francês Romanée-Conti por módicos R\$ 24 mil ou até R\$ 45 mil. Esses precinhos camaradas se devem ao fato de que a vinícola de suas preciosas uvas ocupa uma área de apenas 1,8 hectare. O vinho mais caro já vendido foi um Chateau Lafite, de 1787, que pertenceu ao ex-presidente americano Thomas Jefferson - saiu pela bagatela de 360 mil reais. Com essa grana daria para consumir uma caixa diária de cerveja durante 48 anos.

## Sem nepotismo, mas...

Nero (54 a 68 d.C.) jamais seria acusado de nepotismo, ou seja, de beneficiar os parentes. Em compensação foi responsabilizado pela morte de sua própria mãe, de sua primeira esposa e de ter mandado envenenar um meio-irmão. Entre outras loucuras é acusado de ter incendiado Roma o hábito macabro de lançar cristãos a cães ferozes e esfomeados, que os despedaçavam vivos. Dizem que se suicidou, embora com essa ficha não se descarte que “suicidaram” com ele.



## Sanduba

O sanduíche leva este nome devido ao conde inglês John Sandwich (1718-1792), que colocava a comida entre fatias de pão para não sujar as mãos. As ilhas Sanduíche do Sul, próximas às Malvinas, obviamente também reivindicadas pela Argentina, não tem Mac'Donalds. São desabitadas.



# Não se lê mais jornal em paz

O maridão estava sentado quieto, lendo seu jornal...  
quando a mulher, furiosa, vem da cozinha e senta-lhe a frigideira na testa. Espantado, ele levanta e pergunta:

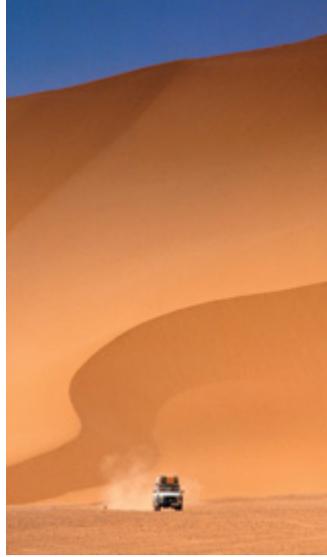
- Por que isso agora?
- Isso e pelo papelzinho que eu encontrei na sua calça com o nome Marylu e um número.
- Querida, lembra do dia em que fui na corrida de cavalos?

Pois é, Marylu foi o cavalo em que eu apostei, e o número é o quanto estavam pagando pela aposta. Satisfeita, a mulher saiu pedindo 1001

desculpas... Dias

depois, estava ele novamente sentado, lendo jornal, quando leva uma nova porrada, dessa vez com a panela de pressão. Ainda mais espantado (e zozzo), ele pergunta:

- O que foi dessa vez?
- Seu cavalo ligou...



# Aridez

O deserto mais extenso da Terra é o Saara. Cobre uma área de 7 milhões e 780 mil quilômetros quadrados, desde o Mar Vermelho até o Mediterrâneo. Apresenta desníveis espetaculares. Alguns trechos situam-se a 134 metros abaixo do nível do mar, outros registram altura de até 3.300 metros.

# Metranca

Leonardo Da Vinci, em 1482, imaginou (e descreveu) uma metralhadora com 12 canos de disparo. Seu problema era a dificuldade em repor a munição. A ideia só se concretizou em 1884, quando o norte-americano Hiram Maxim criou a Maxim Gun, que já era automática e portátil.



# Vapt-Vupt

Além do miojo há uma penca de outras marcas daquele macarrão instantâneo – que você recorre quando a patroa não está em casa. O segredo é o pré-cozimento, por isso ele chega à sua panela semipronto e só precisa de três minutos para poder ser devorado.



# Em todo planeta

Papai, é verdade que em muitos países africanos o homem só conhece a mulher depois de se casar?  
- Não, meu filho, isso acontece em todos os lugares do mundo...



# Um porta-aviões de caças

Há dez anos os governos brasileiros dizem que vão comprar 36 caças de primeira linha para a Força Aérea. Suecos, russos, franceses e americanos vem brigando pelo contrato de mais de US\$ 6 bilhões (uns R\$ 12 bilhões). Detalhe: essa esquadrilha é do tamanho do que apenas um porta-aviões nuclear americano leva no convés ou no seu interior.



# Melhore sua vida

## Nove dicas para você não esticar as canelas cedo demais

Se você perguntar ao teu pai ou avô como era o café da manhã quando eles eram crianças ou adolescentes, muitos certamente responderão que comiam broa de centeio com banha de porco, sal, pimenta do reino, um torresminho e farofa de ovo. Se você disser que fará o mesmo, rapidamente será acusado de ser um colesterol ou triglicérido ambulante. Ok que os hábitos alimentares mudaram, mas a Universidade de Stanford (EUA) completou um estudo iniciado em 1921 pelo médico Lewis Termann. Nele houve o acompanhamento da vida de 1.500 crianças e chegou à seguinte relação de mandamentos que ajudam a manter uma vida saudável:

3 4 5 6 7 8 9 10

### NUNCA SE APOSENTE

Está comprovado que quem parou, dançou... fica pior de saúde. Arrume sarna para se coçar. Assistir TV não vale.

### OTIMISMO FAZ MAL À SAUDE

O otimista só enxerga as boas coisas. E tendem a subestimar os riscos. Com um pé atrás, você vai mais longe.

### DEUS AJUDA QUEM VAI À IGREJA

Ir à missa, culto, centro espírita, sinagogas, terreiros em geral ajuda a prolongar a existência. Tradução: tenha fé em alguma coisa, ajuda a viver mais.

### PALAVRAS CRUZADAS SALVAM VIDAS

Mantiver teu cérebro ocupado mantém a inteligência, afasta o "alemão Alzheimier", mantendo a lucidez. Palavras cruzadas, xadrez, games, deixam o tico e o teco acesos.

### SEJA MAIS FEMININO

Sim, deixe de frescuras. As mulheres vão mais ao médico, fumam, se envolvem menos em acidentes, embora falem mais.

### BEBA

Não para esquecer que você andou imitando as mulheres, mas porque - COM MODERAÇÃO - o uisquezinho, cachacinha, cervejinhas podem ajudar a evitar que o coração pife.

### NÃO FIQUE VIÚVO, VOCÊ NÃO SABE SE CUIDAR SOZINHO

Dizem que no Brasil há cinco viúvas para cada viúvo. Sozinhos, tendemos ao caos. Se vire e ache uma companheira, senão veja o item abaixo.

### CACHORROS

Se você ficar viúvo(a) e não tem netos, sobrinhos... Cachorro e gato podem ajudar na liberação da ocitocina, hormônio benéfico para a convivência, uma espécie de produtor de "o mundo é bão".

### PARE DE SE INCOMODAR COM BOBAGEM

Mágoa, rancor, ressentimento, esqueça. Esses sentimentos descambam para a produção do cortisol, um veneno para teu coração. Perdoe, deixe pra lá, releve.

#### Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná  
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar  
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

#### EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se                                 | <input type="checkbox"/> Falecido      |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido                             | <input type="checkbox"/> Ausente       |
| <input type="checkbox"/> Recusado                                 | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente                    |  |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado                 |  |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico |  |

#### REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Responsável \_\_\_\_\_

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

[sistemafaep.org.br](http://sistemafaep.org.br)